



Resenha 2

PODER E DOMINAÇÃO NO BRASIL

Tarcísio Staudt* e Jucelaine Bitarello**

O objeto investigado está “no estudo da produção e recepção das formas simbólicas presentes na Escola Superior de Guerra (ESG) e suas relações com o quadro de dominação assimétrico entre civis e militares no Brasil” (SANTOS, 2010, p. 10). No contexto, o livro trata da democracia tutelada a partir da redemocratização ocorrida no país com o fim do período militar, em 1984.

A ESG foi fundada em 1949, na cidade do Rio de Janeiro, onde, à época, estava instalada a capital federal da República brasileira. Essa escola é, conforme Santos (2010, p. 9-18), “um centro misto de estudos militares e civis”, que no “bojo de seus conteúdos” tinha o desejo manifesto de “influir nos rumos da política nacional”. De fato, com a “ruptura institucional de 1964”, foi reservada a essa escola a formulação doutrinária de elaboração de “projeto político para o País, que articulasse segurança e desenvolvimento econômico”.

Como questão-problema do estudo, Santos (2010, p. 18) apresentou: “em que medida a ESG, no quadro da transição à democracia no Brasil (1974/1989), constituiu-se num *locus* de produção e recepção de formas simbólicas de tipo ideológico”. Dessa forma, Santos (2010, p. 18-20) propôs uma “análise ideológica da escola” como instrumento a serviço da “modernização do capitalismo”, focada nas “classes economicamente dominantes”. As variáveis apresentadas que mais interessaram na análise foram as “dimensões de poder” estabelecidas entre militares e civis.

Recebido para publicação em 27/08/2012.

Aceito para publicação em 4/10/2012.

* Doutor em Ciências Sociais e mestre em Ciências Contábeis e Controladoria pela UNISINOS - RS. Graduado em Ciências Contábeis pela FEEVALE - RS. Experiência em organizações públicas e privadas. Professor universitário.

** Graduada em Ciências Contábeis e mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC - RS. Especialista em Administração e Estratégia Empresarial pela ULBRA - RS. Experiência em organizações públicas e privadas. Professora universitária.

O objetivo geral do estudo foi , segundo Santos (2010, p. 20):

Demonstrar que, no quadro da transição democrática no Brasil (1974/1989), o sentido mobilizado por estas formas simbólicas, no interior desta instituição, serviriam [sic] para fomentar e sustentar a posse e o exercício da dominação militar, constituindo-se como um espaço de resistência ao aperfeiçoamento das relações civil-militares e conseqüentemente da democracia brasileira.

Nos objetivos específicos, Santos (2010, p. 20) propôs: “revisar a bibliografia que trata do objeto ESG, criticando-a a partir do referencial teórico de Thompson; e aplicar a Hermenêutica de Profundidade (HP)”. Na proposta da HP, Santos (2010, p. 15) afirma que “leva-nos a considerar os trabalhos produzidos pelos estagiários, buscando explorar a recepção da DSN¹ no quadro da transição democrática brasileira por parte de seus participantes (a recepção no interior da instituição)”.

A hipótese testada se constituiu como o lócus de produção das formas simbólicas de tipo ideológico, que, conforme Santos (2010, p. 18-20), apresentou que a “instituição caracteriza-se como espaço de mobilização das relações de dominação civil-militares assimétricas e duráveis”, em determinado período, constituindo-se como um “espaço de resistência” ao aperfeiçoamento das relações estabelecidas durante o “regime político autoritário à transição”, sendo essa hipótese testada a partir do conceito de ideologia em Thompson (1995) e Stepan (1986).

Acrescenta-se que o estudo foi construído sob três eixos básicos, como questões norteadoras para a demonstração da hipótese (SANTOS, 2010, p. 20-26). No primeiro eixo, apresenta a revisão bibliográfica sobre ESG e identifica também “concepções de ideologia subjacentes e comuns ao tipo de estudo”, propondo, ao final, a utilização do conceito de “ideologia crítica” em Thompson (1995). No segundo eixo, apresenta a “reconstrução sócio-histórica” do período e a análise formal do conteúdo temático, com o intuito de demonstrar os documentos produzidos na escola sobre aspectos doutrinários da DSN, identificando o que sustentava “os militares como governo, bem como a instituição”. Por fim, no terceiro eixo, demonstra a defesa da ESG para a “democracia tutelada”, no período do governo de José Ribamar Sarney, evidenciando, em superfície, o processo político da instituição (escola) e suas relações na estrutura de dominação civil-militar. Nesse sentido, os eixos traçados procuram respaldar, segundo Santos (2010, p. 18), “a defesa da institucionalização do Estado de Segurança Nacional”, em seu aspecto ideológico.

1 DSN: Doutrina da Segurança Nacional.

Em termos conceituais, Santos (2010) apresentou a concepção ideológica da ESG centrada nos conceitos de autores referente às ideologias “neutra, negativa e crítica”. Na visão “neutra”, Stepan (1974) afirma que, mesmo que o papel da escola apresente controvérsia, não deixou de ser relevante a partir de meados do século XX, pois foi importante para a constituição de um conjunto de ideias e procedimentos para a modernização do País, em seu projeto político nacional, pautado nos pilares da “Segurança e do Desenvolvimento”, permeando demandas civis e militares. Na mesma vertente, Miyamoto (1995) apresenta o sentido “neutro” da ESG, como disseminadora de ideias centradas em estudos geopolíticos, sob os aspectos “Doutrina e Ideologia”.

No contraponto, Aderaldo (1978) apresenta a ESG na perspectiva metodológica, identificando que essa escola influía nos rumos do governo, com “o propósito instrumental”, sublinhando ideias gestadas e incorporadas nos governos das décadas de 1950 e 1960, quando o país se encontrava em um período “pós-revolução”. Essa visão demonstra que a escola manteve ideologia neutra subjacente, porém apresenta aspectos “Doutrinários e Ideológicos”.

Sob essas duas vertentes, de um lado com Stepan (1974) e Miyamoto (1995) e do outro lado com Aderaldo (1978), pode-se verificar três visões: a stepaniana, que é a da “modernização”; a myamotoniana, que é a de “geopolítica”; e a adoraldoniana, que é a “propositiva”. No entanto, Santos (2010) afirma que elas (as teorias) não deixam de carregar o caráter das relações de dominação, sejam elas econômicas, sejam políticas, e, na salvaguarda, carrega a ideologia da DSN como elemento de garantia das ideias e dos projetos do País, e os interesses dos militares não aparecem, mas podem estar a serviço de outros interesses civis ou da modernização.

Na visão “negativa”, o estudo dos autores, conforme afirma Santos (2010), centra-se na crise política com análises marxistas/gramscianas, reforçando um conjunto de ideias para a “dominação de classe”, indicando que todo o fenômeno ideológico é enganador, ilusório ou parcial, e tanto em Marx quanto em Gramsci é algo que precisa ser superado. Nesse sentido, em Oliveira (1976) aparece a ideologia como expressão dos “interesses culturais de classes dominantes”; em Ianni (1985), como “domínio da burguesia financeira e monopolista”; e em Dreifuss (1981), como instituição que representa e defende interesses do “grande capital multinacional e seus associados”.

Sob essa vertente negativa, a ideologia da ESG trouxe avanços para demonstrar que a DSN articula e mobiliza interesses em direção aos representantes do capital, para a superação tradicional do projeto nacional, em uma formação teórica de preocupações estruturais, econômicas e culturais, mais do que propriamente a

dominação burguesa, política e militar. O estudo, conforme Santos (2010, p. 24), acrescenta ainda que a dimensão ideológica esteja mais fundamentada na “representação, ao inverso do interesse de classe no capitalismo, porém essa visão é tênue” e, portanto, caracterizada ainda como negativa.

Depois de verificadas as vertentes teóricas como proposta analítica contemporânea sobre a ESG, o estudo apresenta a “ideologia crítica”, na proposta de Thompson (1995), como formas simbólicas. Nesse sentido, as formas simbólicas, sob o aspecto da vertente neutra, dependem da maneira como são utilizadas e entendidas e, ainda, se elas servem para estabelecer e sustentar relações nos contextos sociais, nos quais são produzidas, transmitidas e recebidas. Acrescenta-se que Thompson (1995) sustenta que “as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder”. Portanto, a ideologia não reduz a dominação e o poder sistematicamente; ela permanece em grau significativo e inacessível a alguns grupos.

Além disso, na conceituação teórica, Santos (2010) abordou as relações de dominação e poder, em que a ideologia não reduz o caráter ilusório, e, na visão de Thompson (1995), as formas simbólicas não estão separadas da realidade entre pessoas e grupos, pois elas são reflexos, como quer a tradição marxista, existindo sempre fragmentos da realidade, sejam eles de palavras, sejam de símbolos, que se constituem na luta de forças, mediante ações e interações que reproduzem a contínua forma simbólica.

Nesse mesmo sentido, Vincent (1992) afirma que ideologias não estão lado a lado, mas são elas que se apresentam sutilmente como “realidade objetiva da vida social” e que estabelecem “conexão” entre sentido e poder. Sob essa ótica de Thompson e Vincent, a respeito da crítica ideológica, verificam-se a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação da ESG, quando se estabelecem as relações de dominação entre civis e militares. Dessa forma, tem-se nessa escola a transfiguração do “poder simbólico” como lócus de construção e divulgação da ideologia.

Por outro lado, é através da ESG que se formam funcionários da administração pública que servem como colaboradores nos negócios do Estado, e, na visão de Bourdieu (2000), são entendidos como “capital político objetivado”. Portanto, segundo Santos (2010), volta-se à ideologia crítica de que a escola declina de suas pretensões “instrumentais propositivas” e que serve, em alguns momentos, como negócio, na tentativa de conquistar espaço de dominação e de conquistas, como no caso dos militares que se utilizaram dessa escola para manter o poder do Estado brasileiro. Nesse sentido, ocorre o embate nesse espaço público, conforme Zaverucha (2000), local onde as forças se posicionam para a “produção simbólica da

dominação política” entre civis e militares. Sob esse aspecto, a ideologia crítica de Thompson (1995) se pauta no regime autoritário de democracia tutelada e transitória.

Concernente à metodologia aplicada ao estudo, Santos (2010, p. 20-24) se utilizou de pesquisa bibliográfica e documental, a qual discorreu sobre o objeto estudado, aplicando análise sócio-histórica e investigando as relações de dominação civil-militar no Brasil, ao longo da formação do Estado brasileiro, especificamente no período recortado no contexto das formas simbólicas e seus aspectos assimétricos e duráveis no período estudado. Investigou também as características estruturais internas da ESG, centrando-se nos modos de operação da ideologia para a legitimação estratégica de construção simbólica e mobilização civil-militar. Aplicou ainda entrevistas com o corpo docente da instituição, como forma de percepção do período transicional. Para essa análise de conteúdo, utilizou-se de Bardin (1977). A partir da metodologia, o trabalho foi desenvolvido em quatro capítulos.

No capítulo I, Santos (2010, p. 27-76) descreveu a garantia da sustentação ideológica do regime autoritário, a partir da revolução de 1964, quando as relações estavam corporificadas na Constituição de 1967 e se desenvolveram os governos militares em bases do Estado de Segurança Nacional, estabelecendo duas dimensões: os militares como governo e os militares como instituição. Nesse aspecto, haveria a garantia de dominação dos militares, a legitimação da continuidade de sucessões no poder político e ficariam resguardadas a institucionalização e constitucionalização do regime, como força simbólica de luta. Sob esse manto, repousa o que Rezende (2001) afirma sobre a ESG servir de articuladora estratégica psicossocial do regime sobre a mentalidade dos cidadãos, internalizando ideias e valores.

No capítulo II, Santos (2010, p. 77-138) abordou o período de 1974 a 1984 e apresentou a análise como momento sistemático transitório, no qual o caráter ideológico manifestado, conforme Thompson (1995), ocorreu por operações estratégicas de relações e fatos ocultados, negados e suavizados, que, por vezes, podiam se apresentar com valor positivo. Conforme Santos (2010), inegavelmente, a ruptura em qualquer regime de governo apresenta e transforma grupos distintos de poder, em que notadamente há defensores de um lado ou de outro. No caso do Brasil, verificou-se, nesse período, conforme Thompson (1995), a legitimação de relações, dignas de apoio ao universalismo, mesmo que impostas pelas Forças Armadas, caracterizando a estratégia ideológica vigente, haja vista que, na antecedência da revolução de 64, a “família brasileira” estava envolta em protestos e passeatas. Nessa concepção, Santos (2010, p. 99) analisou que se viu, então, ideologicamente

na ESG “um instrumento de servir como equacionador dos problemas nacionais”, como formadora de valores e ideais, que garantiram a sustentação do regime político, incorporando na Constituição Federal mecanismos de dominação e poder dos militares através do espaço institucional da DSN no governo. Destacou, ainda, no estudo, que o inimigo das Forças Armadas era o “comunismo”, o qual, na visão da DSN, era uma identificação de “percepções simbólicas” que precisava ser combatida. Essa argumentação para Thompson (1995) representava a relação de segmentação de grupos capazes de transformar em desafio real um opositor em potencial, que, no caso do Brasil, necessitava ser desqualificado; mais especificamente, como definiu Przeworski (1984), tratou-se de uma “incerteza institucionalizada”, ou seja, nesse processo, a ESG tornar-se-ia incapaz de lidar com algo quase inexistente. No contraponto, O’Donnell (1986) entende que a ESG precisava fazer com que as ideias dos cidadãos se tornassem “significantes para o Estado”, pois dessa forma revelaria o caráter ideológico da escola.

No capítulo III, Santos (2010, p. 139-182) analisou o período de 1985 a 1989, o qual pode ser caracterizado como “sustentação ideológica da democracia tutelada” na ESG, pois, com o processo da transição democrática, ocorreu a eleição de um presidente civil, Tancredo de Almeida Neves, que alcançou a simpatia dos atores políticos formadores do colégio eleitoral, porém não identificado com os militares, vindo este a falecer antes de assumir o poder. Em seu lugar assumiu a presidência José Ribamar Sarney, que teve o apoio da Aliança Democrática, foi identificado e apoiado pelo grupo de apoio militar, que, conforme Oliveira (1994), já havia assumido compromissos de preservação das Forças Armadas, quanto à doutrina militar, e da segurança nacional. Nesse sentido, a temência e a repressão da sociedade aos militares foram garantidas institucionalmente, e, na visão de Castro e D’Araújo (2001), houve fiança dos dois lados, “civil e militar”, para a evolução democrática que estava acontecendo no País, avalizando-se, dessa forma, entre “governantes e governados”, a confiança mútua.

No capítulo IV, Santos (2010, p. 183-219) tratou do pós-período de tutela democrática, em que se (re)estabeleceram a garantia da eleição direta em todos os níveis políticos, a liberalização de atividades sindicais e o pluripartidarismo. Contudo, o estudo sobre a ESG identificou documentos que sinalizaram que, no interior da instituição, havia a preocupação latente em relação à democratização, especificamente na questão da migração de inimigos internos para agremiações de oposição e que pudessem se valer do sistema político para afrontar os valores e ideais do período, quando o regime militar estava no poder. Essa preocupação foi sentida a partir da eleição de 1986, denominada “eleições constituintes”, que

culminariam na nova Constituição Federal de 1988, a qual preservou o futuro das Forças Armadas, garantindo à ESG posições militares, ao que Przeworski (1984) chamou de “democracia tutelada”, pois desvincilhou os militares da relação direta com os cidadãos, colocando-os na interlocução com os poderes tradicionais sistemáticos. Para Oliveira (1994), o modelo militar preservado por ministérios representava a “forma instrumental” de manutenção do autoemprego dos militares, porém em uma escala subordinada ao poder político das instituições civis. No entanto, na visão de Oliveira (1994), os militares, como “sujeitos organizados”, requereram a “autonomia” e asseguraram na Constituição sua própria direção e defesa, como modelo de autonomia militar para evitar a subordinação às instituições civis. Nesse sentido, a ESG se colocou em defesa da ideologia militar, para a garantia da lei, da ordem e da soberania nacional, mantendo-se em um campo de forças representativas, tanto em interesses políticos quanto em interesses sociais.

Na conclusão, Santos (2010, p. 220-228) afirmou que o estudo apresentou o processo de transição para a democracia no Brasil, pautado no caráter ideológico, nas formas simbólicas de relações assimétricas entre civis e militares, em um campo denominado Estado-Nação, em que a luta travada se fixou no poder e na dominação política. A partir dessa constatação, são permitidas duas reflexões conclusivas: a primeira identificou os dois últimos governos militares como agentes de construção de ações que contemplassem a institucionalização do Estado de Segurança e garantia para a manutenção do grupo militar no poder do Estado, respaldado pela ESG como modelo de ideologia e estratégia edificadas em um regime autoritário; a segunda reflexão está centrada na alocação do papel das Forças Armadas para a democracia tutelada em relação à sociedade civil e que o regime militar saísse do processo fortalecido com a passagem do regime militar para a democracia civil, assegurando garantias constitucionais. Nesse sentido, a ESG se legitimou como um lócus ideológico de sustentação do regime autoritário/tutelar no processo transicional do poder político brasileiro, corroborando com a hipótese testada a partir da ideologia crítica de Thompson.

Em relação aos pontos fortes do estudo de Santos (2010), percebeu-se que houve abordagem teórica de autores que sustentassem o cenário político e social que a sociedade brasileira vivia à época em que ocorreu o golpe militar de 1964, principalmente no tocante a incertezas em que a sociedade civil se encontrava, com recorrentes manifestos e passeatas em grandes centros urbanos, dando conta de que a ESG demonstrava princípio de ordem, segurança e proteção à família brasileira e que o inimigo imaginário da época era o comunismo, mas que, de certa forma, mascarava a democracia vindoura que colocasse em risco o poder militar.

Nas abordagens teóricas, o estudo apresentou autores com ideias convergentes e divergentes, demonstrando, dessa forma, as diversas vertentes referentes aos pontos de investigação e análise, dando conta dos objetivos propostos no estudo, apresentando subsídios e informações condizentes com o lócus objeto de pesquisa, e, mesmo que essas vertentes fossem ontológicas, umas não excluem as outras, ao contrário, complementando-se entre si.

A metodologia utilizada na pesquisa foi fundamental na identificação do processo como um todo e, mais especificamente, em cada capítulo, clarificando os estágios em que se desenvolvia a sociedade na evolução transicional de um regime militar autoritário para a democracia tutelada, que culminou na solidificação do regime democrático a partir da Constituição Federal de 1988.

Como crítica, registra-se o corte da pesquisa, de 1974 a 1989, período compreendido como transitório entre dois regimes. Contudo, na antecedência, a sociedade brasileira viveu um período de forte repressão por parte do regime militar, o qual ficou ausente de discussão em profundidade, sendo que esse período foi o ápice da ESG como propagadora de “um desejo manifesto de influir nos rumos da política nacional” (SANTOS, 2010, p. 9). De outra parte, no período posterior a 1989, quando da consolidação da democracia, até a execução do estudo, percorreram-se quatorze anos, período esse em que houve enfraquecimento do *status* militar, perdendo prestígio social tanto em investimentos quanto em representação política.

Destaca-se que o estudo apresenta a relevância do tema na atualidade, haja vista que a sociedade brasileira passou por diversos períodos com alternância de regimes políticos, no decorrer do século XX, ora identificados com agentes políticos personificados, ora com agentes civis e ora com agentes militares. Essa variação carrega o estigma do sentimento da instabilidade política, dificultando que estudos possam dar conta do volume de informações e acontecimentos transcorridos nos diversos momentos históricos da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADERALDO, Vanda Maria Costa. *A escola superior de guerra*. Um estudo de currículos e programas. 1978. Dissertação (Mestrado) - IUPERJ, Rio de Janeiro, 1978.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: 70, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

- DREIFUSS, René Armand. *A conquista do estado. Ação Política, poder e golpe de classes*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 814 p.
- IANNI, Otávio. *O ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.
- O'DONNELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe C. *Autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice, 1986. 158 p.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (Org.). *As forças armadas. Política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *De Geisel a Collor. Forças armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.
- PRZEWORSKI, Adam. Amas a incerteza e serás democrático. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 9, p. 36-46, jul./1984.
- REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: UEL. 2001.
- SANTOS, Everton Rodrigo. *Poder e dominação no Brasil: a Escola Superior de Guerra (1974-1989)*. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- STEPAN, Alfred. *Brasil: los militares y la política*. Buenos Aires, Editora Amorrortu, 1974. 351 p.
- _____. *Os militares: da abertura à Nova República*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. 125 p.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- ZAVERUCHA, Jorge. *Frágil democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

